



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO I DO EDITAL DO LICITAÇÃO N. 14/2021 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0002449-48.2021.4.01.8012)

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COLETES BALÍSTICOS, NÍVEL III-A, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA E SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS - 2021/2022

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I e II do art. 14 do Decreto n. 10.024/2019, foi elaborado o presente Termo de Referência para, através do procedimento legal pertinente, realizar a aquisição de coletes balísticos para atender as necessidades de proteção e segurança de magistrados, agentes de segurança e oficiais de justiça da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e Subseções vinculadas.

2. DO OBJETO

2.1. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de coletes balísticos, nível III-A com duas (02) capas externas para cada unidade, conforme especificações e tamanhos descritos no item 4 deste instrumento.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A presente aquisição visa prover os policiais judiciais para exercer a segurança das instalações da SJRO com o fim atender ao que prevê o art. 3º da lei 12.694/2012 sobre as medidas de segurança a serem adotadas pelos Tribunais, bem como também o previsto na Res. CNJ nº. 291, de 23 de agosto de 2019, que trata da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, voltada à segurança dos magistrados, servidores e demais usuários e cidadãos que transitam nas instalações da Justiça e nas áreas adjacentes.

3.2. A aquisição dos equipamentos objetiva disponibilizar coletes balísticos aos magistrados em eventual situação de risco, equipar os agentes de segurança da SJRO para o desempenho das atividades operacionais de segurança judiciária ostensiva, por ocasião de rondas internas e externas às instalações, segurança durante audiências, Juizados Especiais Federais Itinerantes e outras situações relacionadas às atividades típicas de segurança, bem como para o desempenho nas atividades externas executadas pelos oficiais de justiça.

3.3. Justifica-se ainda a aquisição para substituição dos coletes balísticos hoje disponíveis, uma vez que estes já ultrapassaram o prazo de validade. As placas de proteção balísticas possuem validade de 5(cinco) anos e as atuais foram fabricadas em 15/06/2016.

3.4. A presente demanda foi objeto do Estudo Técnico Preliminar (13839043), elaborado pela comissão especial designada na Portaria SJRO SECAD n. 139/2021 (13630963).

3.5. Esta demanda está alinhada com o PAAC 2021, aprovado através da Portaria SJRO-Diref 54/2021 (12684840), PAe n. 0000636-83.2021.4.01.8012.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	TAMANHO	QTD A SER REGISTRADA (*)
	01	COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A; padrão NIJ 0101.04; resistentes a disparos de calibres .44 magnum e 9mm em alta velocidade; composto de 02 capas externas.	P	10

ÚNICO	02	COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A; padrão NIJ 0101.04; resistentes a disparos de calibres .44 magnum e 9mm em alta velocidade; composto de 02 capas externas.	M	20
	03	COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A; padrão NIJ 0101.04; resistentes a disparos de calibres .44 magnum e 9mm em alta velocidade; composto de 02 capas externas.	G	20
	04	COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A; padrão NIJ 0101.04; resistentes a disparos de calibres .44 magnum e 9mm em alta velocidade; composto de 02 capas externas.	GG	04
TOTAL				54
* Quantidade para atender à imediata para substituição dos coletes vencidos, conforme indicado no ETP 13670892, bem como possíveis demandas futuras.				

4.1. Os Coletes balísticos devem possuir as seguintes especificações mínimas:

4.1.1. O colete objeto desta especificação deverá obedecer às normas exigidas pelo Comando do Exército (NIJ Standard 0101.04 ou norma que a substituir); resistentes, portanto, a disparos de calibres até .44 Magnum SJHP com projéteis de 15,6g (240 “grains”), com velocidade de 436 m/s (1.430 pés/s) e 9mm FMJ RN de 8,2g (124 grains) com velocidade de 436 m/s (1.430 pés/s) - Nível III-A.

4.1.2. O colete deverá ser confeccionado em material leve, resistente, flexível, constituído por painéis de proteção balística e deverá resistir a fluídos no que tange a umidade de suor do corpo do usuário, de água de chuva e de imersão em água, sem perder o grau de proteção adequado e para o qual for projetado, bem como ter proteção à ação dos raios solares;

4.1.3. O painel de proteção balística deverá estar disposto em lâminas sucessivas a fim de ser atingido o nível de proteção desejado – Nível III-A. Os painéis de proteção balística devem possuir uma etiqueta com alinhadas ou tintas indelévels com, no mínimo, as seguintes informações: identificação do fabricante, tamanho, número do lote, data de fabricação, modelo, superfície de impacto, número de série, logomarca da Justiça Federal para identificação em caso de extravio, furto ou roubo e certificado de conformidade com o Padrão 0101.04 do NIJ ou Norma que a substituir;

4.1.4. O colete deverá permitir um perfeito ajuste ao corpo, para ser usado sob ou sobre o uniforme/roupa do usuário, de forma a não comprometer nenhum ponto coberto e ainda otimizando a relação existente entre resistência/comodidade de uso e liberdade de movimento/peso.

4.2. Cada colete balístico deverá ser fornecido com capas externas que acondicionam os painéis balísticos frontal e dorsal, com as seguintes características:

4.2.1 Para uso dos agentes de polícia judicial (dez unidades), capas de cor preta, modelo ostensivo, confeccionada em tecido composto com média (+ou- 10%) de 70% de poliéster no padrão Rip-Stop (reforços de trama e urdume a zero e noventa graus, formando padrão quadriculado de retenção de progressão de rasgos) e 30% de algodão, com o distintivo funcional em silk screen, nas cores do distintivo, no peito esquerdo (imagem no anexo I), velcro com comprimento de 110mm e largura de 20mm, costurado para colocação das biribas com nome e cargo do servidor do lado direito à altura do peito, inscrição “POLÍCIA JUDICIAL” em silk screen, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C) (imagem no anexo I).

4.2.2. Para as demais unidades, capa de cor preta modelo ostensivo, confeccionada em tecido composto com média (+ou- 10%) de 70% de poliéster no padrão Rip-Stop (reforços de trama e urdume a zero e noventa graus, formando padrão quadriculado de retenção de progressão de rasgos) e 30% de algodão, inscrição com os dizeres “JUSTIÇA FEDERAL” em silk screen, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C).

4.3. Todas as capas deverão possuir fechamento, ajustes nas laterais e nos ombros e extremidades confeccionadas em velcro de alta aderência na cor do tecido, devendo ser intercambiáveis e ajustar-se perfeitamente aos painéis balísticos, conforme os tamanhos e modelos definidos no presente instrumento.

4.4. Os velcros para regulagem do colete ao corpo terão no mínimo as seguintes medidas:

4.4.1. No ombro: velcro de 50mm (largura) x 150mm (comprimento) com aderência na tira de 100mm (comprimento) e aderência fixada na parte frontal de 100mm (comprimento);

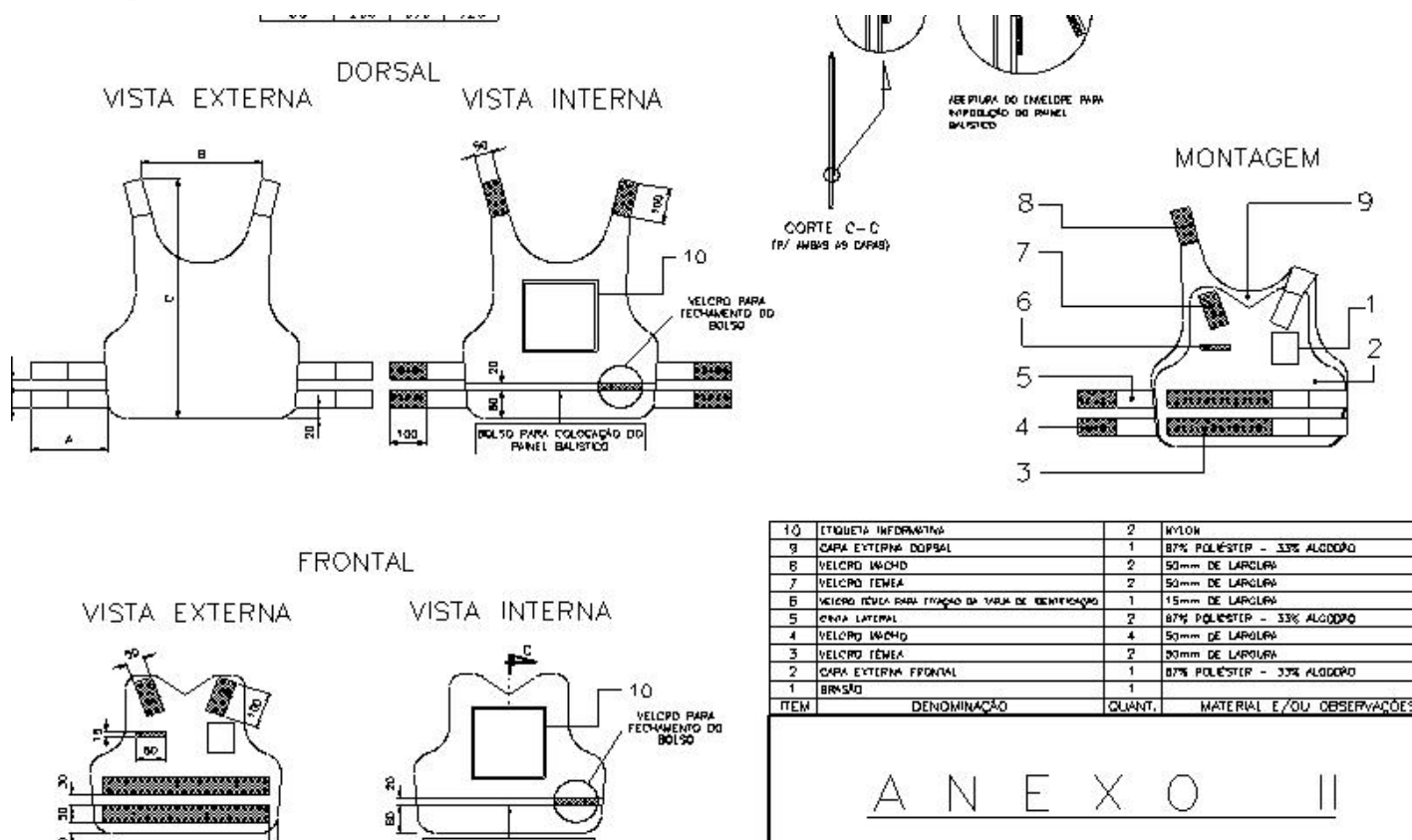
4.4.2. Na parte lateral: 2 (dois) velcros de 50mm (largura) x 200mm (comprimento) com aderência na tira de 100mm (comprimento) e aderência fixada em toda a parte frontal.

4.5. As capas dos coletes objeto deste Memorial Descritivo deverão ser intercambiáveis e trazer plaquetas ou etiquetas na parte voltada para o corpo com as seguintes informações:

- Nome do fabricante (razão social);

- Tamanho;
- Instruções de lavagem, uso e manuseio;
- Identificação da JUSTIÇA FEDERAL.

4.6. As capas externas terão com referência o mostruário abaixo:



5. DOS PRAZOS DE REGISTRO DE PREÇOS E ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

5.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

5.2. O prazo de entrega dos materiais será de até 30 (vinte) dias corridos, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

6. DO LOCAL PARA A ENTREGA

6.1. Os materiais deverão ser entregues na sede da Justiça Federal - Seção Judiciária de Rondônia/SJRO - situado a Av. Presidente Dutra, n. 2203 - Bairro Baixa da União - Porto Velho- Rondônia - CEP: 76.805-902.

6.2. O responsável pelo recebimento será o supervisor, ou substituto, da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT da SJRO.

7. DO ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM

7.1. Cada colete balístico deverá estar individualmente acondicionado em saco plástico de polietileno transparente e dimensões compatíveis com o produto. As peças deverão ser entregues em caixas de papelão padronizadas, não devendo atingir peso superior a 35 kg.

8. DA GARANTIA

8.1. O prazo mínimo de garantia para os materiais, incluindo todos os acessórios, capas e estampas, será de 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo, sem prejuízo da exigência de validade mínima de 5 (cinco) anos dos materiais balísticos.

8.2. A licitante vencedora deverá responsabilizar-se pela qualidade técnica dos produtos durante todo o período de validade das placas balísticas, respeitado o uso em condições normais pela CONTRATANTE, devendo, em caso de

ineficiência balística comprovada por testes oficiais, trocar todo o lote comercializado.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. O recebimento dos materiais será efetuado quando da entrega no local indicado e compreenderá duas etapas:

- a) recebimento provisório, que será realizado pelo gestor e fiscal da contratação no ato da entrega dos materiais, atestando o dia e horário, e relatando eventuais avarias, faltas e outras anomalias;
- b) recebimento definitivo, que será realizado pelo gestor e fiscal da contratação, no prazo de 10 (dez) dias corridos após o recebimento provisório, para verificação da qualidade e quantidade, bem como atestando a conformidade das especificações constante neste instrumento, acompanhados do RAT (Relatório de Avaliação Técnica) e o RETEX (Relatório Técnico Experimental) emitidos pelo Ministério da Defesa.

9.2. Os materiais serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta da empresa, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do gestor da contratação, sendo as custas de transporte e remessa suportados pela CONTRATADA.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Quando do procedimento licitatório, deverá ser exigido as seguintes qualificações técnicas:

- a) 01 (um) ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado comprovando que a licitante forneceu no mínimo 50% dos materiais objeto deste instrumento.
- b) Documentos, dentro do prazo de validade, em conformidade com a Portaria nº 18–DLOG, de 19 de dezembro de 2006 do Exército Brasileiro, sendo:
 - b.1) Relatório de Avaliação Técnica (RAT) expedido pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério do Exército;
 - b.2) Título de Registro (TR), se fabricante, ou Certificado de Registro (CR), se comerciante;
 - b.3) Relatório Técnico Experimental (ReTex) do colete ofertado;
 - b.4) Apostilamento do Exército (para comercializar).

11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

11.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1.1. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, haja vista que a contratação se enquadra nas hipóteses do art. 3º, inciso IV do Decreto nº 7.892/2013, visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores.

11.1.2. Ademais, a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa reservar os créditos orçamentários para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

11.1.3. Os materiais pretendidos para registro de preços são considerados como bens comuns, usualmente fabricados ou importados e comercializados pelo país.

11.1.4. Atualmente, não há registro de preços vigente nesta Administração para eventual aquisição dos materiais em questão.

11.2. DO REGISTRO DE “IRP”

11.2.1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Segurança, Vigilância e Transporte manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para a economia em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

11.2.2. No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços, esses deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- a) quantitativo de cada item;
- b) endereço completo do local de entrega;
- c) responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

11.2.3. Com relação a alínea "a" acima e considerando a busca pela economia de escala, sugere-se o indeferimento, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item a ser registrado por este órgão gerenciador.

11.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

11.3.1. Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

11.3.2. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

11.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro - 200% (duzentos por cento) - do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.3.4. Ademais, para o procedimento de adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013 e suas alterações.

12. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

12.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega, tais como tributos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

12.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o VALOR UNITÁRIO E VALOR GLOBAL DO LOTE, referente aos objetos descritos no item 4.

12.3. Sagrar-se-á vencedora a empresa que ofertar o MENOR VALOR GLOBAL DO LOTE ÚNICO, observando os valores unitários estimados pela Administração.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação será formalizada mediante emissão da Nota de Empenho, submetendo a CONTRATADA as obrigações constante neste instrumento, do futuro edital de licitação e da proposta comercial a ser apresentada.

13.2. Como condição para emissão da nota de empenho, a adjudicatária deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho, além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

13.3. O CONTRATANTE encaminhará por e-mail a nota de empenho, ficando a CONTRATADA acusar o recebimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

13.4. Se a adjudicatária recusar-se receber a nota de empenho, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da emissão da nota de empenho, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado e suspensão de contratar com esta Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. A aceitação das propostas e deverá obedecer aos seguintes parâmetros:

1. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;
2. A proposta deverá indicar, necessariamente, o preço unitário e total de cada item, bem como especificações técnicas do objeto ofertado;
3. A proposta deverá informar ainda a MARCA e o MODELO do objeto ofertado;
4. Juntamente com a proposta, deverão ser encaminhados os certificados e/ou laudos técnicos exigidos nas especificações mínimas do objeto.
5. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto, manuais, folhetos e catálogos oficiais do equipamento, assinalando prazo para o envio, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos equipamentos;
6. O pregoeiro se reserva ainda ao direito de solicitar laudos técnicos comprobatórios do atendimento aos quesitos exigidos em conformidade com as normas técnicas pertinentes;
7. O objeto a ser adquirido deverá estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas dos mesmos e as informações

concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1. Entregar os materiais nos prazos estabelecidos e de acordo com as especificações do objeto, constantes deste Termo de Referência, da proposta apresentada e do ato convocatório.
- 15.2. Responsabilizar-se pelo transporte do material até as dependências da CONTRATANTE, como também pelas despesas a ele inerentes.
- 15.3. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do objeto fornecido, cujas peças deverão ser novas e de primeira qualidade.
- 15.4. Substituir, em até 10 (dez) dias úteis, a(s) peça(s) do objeto que não se enquadrarem nas especificações deste Termo de Referência, após a notificação da CONTRATANTE.
- 15.5. Indenizar a CONTRATANTE/terceiros prejudicados por quaisquer danos causados por seus empregados, ou decorrente de ação ou omissão, por culpa ou dolo, a bens móveis ou imóveis, decorrentes do fornecimento de que trata este Termo de Referência, mesmo que praticados involuntariamente.
- 15.6. Manter-se, durante a execução do contrato, compatível com as obrigações assumidas, de habilitação e qualificação exigidas para contratação, em face do disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93;
- 15.7. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 15.8. Prestar esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, atendendo no prazo designado as correções a respeito do produto fornecido;
- 15.9. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência deste contrato, para adoção das medidas cabíveis;
- 15.10. Responder por danos decorrentes de culpa ou dolo, causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, quanto ao mal funcionamento do produto, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e acompanhamento da CONTRATANTE;
- 15.11. Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do presente contrato;

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1. Designar um servidor do seu quadro de pessoal para receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes deste Termo de Referência e da proposta da contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas.
- 16.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, relacionados com o objeto pactuado.
- 16.3. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade constatada no cumprimento do contrato.
- 16.4. Embargar, estipulando o prazo para a correção, o recebimento provisório ou definitivo do objeto, apontando as razões da sua desconformidade quanto a defeitos no material ou discordância com as especificações contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada.
- 16.5. Efetuar o pagamento após o regular recebimento dos materiais.

17. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo gestor do contrato.
- 17.2. O recebimento e a aceitação do objeto serão atestados pelo gestor do contrato, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.
- 17.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:
 1. Descrição do equipamento entregue, com sua quantidade e valor;
 2. O número do processo que deu origem à contratação e o número do contrato;
 3. Nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
 4. Informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.
- 17.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o

pagamento sustado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

17.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

17.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

17.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

17.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

17.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49, o compromissário ou a CONTRATADA em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar ou assinar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. apresentar documentação falsa;
- e. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato;
- f. cometer fraude fiscal;
- g. não manter, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

18.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser empenhado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

18.3. Atraso na execução do contrato relativo à entrega/substituição dos materiais. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

18.4. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 20 (vinte) dias corridos em que a Administração decida por manter o contrato. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso.

18.5. Atraso na execução do contrato relativo os demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor empenhado, por ocorrência, por descumprimento.

18.6. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar

com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

18.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

18.8. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

18.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho.

18.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

18.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

18.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

18.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

18.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

18.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

18.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Considerando que se trata de fornecimento imediatos do objeto, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

20. DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação.

21. DO VALOR ESTIMATIVO

DESCRIÇÃO RESUMIDA	TAMANHO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A	P	10	1.272,00	12.720,00
COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A	M	20	1.434,00	28.680,00
COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A	G	20	1.594,00	31.880,00

COLETE BALÍSTICO NÍVEL III-A	GG	04	1.804,00	7.216,00
TOTAL ESTIMADO				80.496,00

22. DO REAJUSTE DE PREÇOS

22.1. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses.

22.2. Todavia, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, desde que robustamente comprovados por documentação idônea e suficiente, observadas as disposições contidas no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013 e no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

23. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

No escopo desta contratação não foram identificados elementos que possam gerar impacto ambiental. De toda forma, CONTRATANTE e CONTRATADA deverão observar, no que couber, a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010) e o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal.

24. CONSIDERAÇÕES FINAIS

24.1. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Seção de Segurança, Vigilância e Transporte – SEVIT/SJRO, localizada na Av. Presidente Dutra, nº. 2203 – bairro Baixa da União, Porto Velho/RO ou pelos telefones (69) 2181-5757 e (69) 99291-8737.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
ALEX CORREA DE LELES Diretor do NUASG/SJRO	ARILSON DIAS FERREIRA Supervisor da SEVIT/SJRO
EVERTON GOMES TEIXEIRA Integrante Técnico	LUCIANO ALVES DE SOUZA Integrante Administrativo

ANEXO I

Distintivo Regulamentado pela Resolução CNJ nº 379/2021



Inscrição "POLÍCIA JUDICIAL" para aplicação nas costas



ARILSON DIAS FERREIRA
Seção de Segurança Vigilância e Transporte - SEVIT/SJRO
Supervisor

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago**, **Técnico Judiciário**, em 01/12/2021, às 15:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **14427552** e o código CRC **073A72A5**.